



O DESAFIO DA EDUCAÇÃO

Waldyr Carvalho de Castro

ESTADO, DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO

Democracia e liberdade são possivelmente, em termos políticos, os sonhos mais longamente acalentados pelo espírito humano e as idéias mais difundidas e distorcidas de nosso tempo. Até nos países totalitários do leste europeu existem, mesmo que nominalmente, as chamadas democracias populares o que, eufemismo à parte, configura um pleonasm.

Os conceitos de Estado e de Governo também são freqüentemente confundidos, uma vez que o último exerce os poderes conferidos ao primeiro. O mesmo se dá com liberalismo e democracia que em suas versões primitivas tiveram significados distintos e nos dias atuais passam como sinônimos.

Estamos, por isso, absolutamente convencidos de que somente a educação é capaz de fornecer os instrumentos necessários à prática da real democracia.

Educação entendida no seu significado mais amplo. Não apenas a instrução ou escolaridade — esses também aspectos importantes — mas, num sentido abrangente, a verdadeira conscientização de direitos e deveres, incluindo o amor ao trabalho, o respeito ao próximo e às instituições, a observância voluntária às leis e aos costumes, a preservação da família e o cuidado na orientação dos filhos. Educação que permita ao homem do povo conciliar os interesses próprios com os da nação. Que lhe ensine o verdadeiro sentido da harmonização de justas ambições, que lhe eleve o moral e o torne ativo. Mas que o faça também disciplinado e polido. Educação que o liberte da ignorância, da mesquinhez e do egoísmo e o conduza ao convívio com os mais elevados valores da cultura e do espírito.

Tentaremos, assim, fazer algumas considerações, ainda que rápidas, sobre a influência da educação no desenvolvimento econômico, social e principalmente político dos povos.

DEMOCRACIA E LIBERALISMO

A democracia quando surgiu na Grécia Antiga não era, na verdade, um regime inteiramente popular. Somente os cidadãos das classes sociais mais elevadas podiam praticá-la, sendo vedada aos estrangeiros, mulheres e escravos. E mesmo assim, porque utilizada na sua forma direta, beneficiava freqüentemente apenas aqueles capazes de se fazerem ouvir em praça pública: ou os habilidosos na argumentação, quase sempre demagógica, ou os privilegiados na potência da voz. Aristóteles e outros consideravam que o Estado nasceu com a sociedade pois, sendo o homem um ser social e político, sempre teria existido o poder, mesmo que sob a forma primitiva da chefia de um pequeno grupo social. Os esforços gregos foram, desta forma, dirigidos para o aperfeiçoamento da maneira pela qual o poder viesse a ser alcançado, resultando, assim, na democracia. A existência do Estado era para eles indispensável, inquestionável e insubstituível.

Rousseau, no século XVIII, considerado o mentor da moderna democracia, também tratava principalmente do governo. Suas preocupações, a exemplo dos gregos, fixaram-se em como proporcionar ao povo os meios necessários a elevá-lo ao poder. A necessidade da existência do Estado não era posta em dúvida e ele continuaria a agir legitimamente em nome da maioria, salvaguardando, com amplos poderes, seus legítimos interesses.

Verifica-se, assim, que a democracia sempre pressupôs a atuação de um Estado suficientemente forte para prover a segurança e garantir os direitos da maioria, que invariavelmente constituiria o governo.

Já o liberalismo, nascido no final do século XVII, insurgiu-se contra o Estado, na medida em que as monarquias absolutistas da Europa exerciam despoticamente o poder. "L'Etat c'est moi" bem retrata as distorções da época. Buscou então o movimento liberal restringir a atuação do Estado aos aspectos essenciais à manutenção da ordem social. Alegavam seus seguidores que a Instituição havia sido criada pela livre iniciativa do indivíduo, que a ela havia transferido voluntariamente alguns poderes, com a finalidade precípua de manter a disciplina no seio da sociedade. Deveriam permanecer, assim, com o cidadão todos os demais direitos, dos quais não lhe era lícito abdicar. Essas idéias basicamente consubstanciam a tese da origem contratual do Estado, que teria, com o tempo, ampliado seus domínios às custas do próprio criador. Restava, pois, fazer retornar ao indivíduo o que lhe havia sido usurpado pela prepotência do Estado.

Não fica difícil, por conseguinte, constatar que, no início, liberalismo e democracia eram idéias até certo ponto conflitantes. Enquanto o primeiro buscava disciplinar a atuação do Estado, contendo-o nos limites indispensáveis à obtenção da ordem e vedando-lhe toda e qualquer outra interferência na vida do cidadão, a segunda tentava unicamente encontrar um meio pelo qual a maioria do povo viesse a exercer o poder através da escolha dos governantes. Num, a ação do Estado é reduzida e setorializada; na outra é mais ampla e diversificada.

Provavelmente foi a partir da Revolução de Independência Americana de 1776 que democracia e liberalismo iniciaram a conciliação de suas divergências ideológicas e harmonizaram seus objetivos, até que viessem a se tornar, nos dias

atuais, praticamente sinônimos. Hoje quando falamos em democracia estamos também referindo-nos aos direitos do homem que simbolizam o mais profundo ideal de liberalismo político. Devemos entretanto estar atentos quando aceitamos essa identidade. Ela não se faz em todos os campos, necessariamente. O liberalismo admite, por exemplo, um componente econômico — o capitalismo — que tem atraído erradamente para a democracia, ao longo dos anos, as críticas mais contundentes. Como se dela fosse parte ou consequência, quando na verdade o regime democrático não pressupõe obrigatoriamente a presença dos aspectos menos dignos do capitalismo.

A EDUCAÇÃO NAS DEMOCRACIAS

Observando o desenvolvimento, ao longo da História dos povos que hoje desfrutam de um regime democrático chegaremos a conclusões interessantes. Na Europa, são aqueles que vieram conquistando penosamente, desde a Idade Média, os direitos de que hoje gozam, fazendo ver aos monarcas, à nobreza e ao clero, através de exaustiva e obstinada luta, a justiça de suas reivindicações. Mas cada direito conquistado não subentendia a desobrigação para com os demais deveres ainda vigentes. Ainda que alguns deles viessem, mais tarde, a constituir motivo para novas solicitações. Suas propostas eram conscientes e agiam sempre no sentido de serem encarados com seriedade. As vitórias foram obtidas sucessiva e paulatinamente e puderam ser, desta forma, perfeitamente assimiladas, propiciando-lhes o uso adequado da conquista. O fato de que nada lhes tenha sido outorgado permitiu a criação de uma benéfica sensação de superioridade, de orgulho e reconhecimento de

seu próprio valor. Nada esperavam do Estado que não fosse o atendimento de suas pretensões políticas. Desejavam afinal que ele não lhes impedisse de progredir e realizar-se. Quanto menor fosse sua atuação, melhor estariam.

Nas devidas proporções, os Estados Unidos podem ser considerados, neste aspecto, como uma Europa transplantada para a América. O homem que para lá foi era um europeu ávido por galgar celeremente a escala social. Ambicioso e impaciente desejava progredir mercê de seu trabalho. Crente em seu próprio valor, independente em suas idéias, abandonou o Velho Mundo atraído pela perspectiva ímpar de fazer-se na nova Canaã. Deixava para trás a terra cansada da mãe-pátria e os irmãos mais acomodados. Fugia da opressão política e religiosa e ia em busca de liberdade e da prosperidade, impossíveis de serem alcançadas rapidamente na Europa do século XVII. Trazia consigo — e soube transmiti-los aos seus descendentes — valores já sedimentados: a conscientização de direitos e deveres, em última análise, educação. O amor ao trabalho, a convicção inabalável em suas qualidades pessoais e a certeza na imparcialidade divina, eis algumas das características desse novo homem. Empreendedor, destemido, justo e disciplinado era movido pela ambição e por isso rompeu com o passado para construir o futuro.

Habitado com as inegáveis facilidades inerentes ao sistema colonial britânico, insurgiu-se contra o governo quando considerou abusivas as imposições do Parlamento. Entre essas facilidades figurava o estabelecimento de governos locais semi-autônomos exercidos através de Câmaras Municipais e Províncias. Isso era muito mais do que até então possuía o cidadão comum na Inglaterra e possi-

bilitou ao Colono exercitar e aperfeiçoar por mais de 100 anos, a prática de democracia, acobertado pela estabilidade do regime inglês. E tão consciente quanto estava dos deveres para com a família, a religião e a sociedade, empreendeu uma guerra de independência, na defesa dos direitos que lhe pareceram usurpados.

Quando, ainda nos primeiros anos após a Independência, emergiram as duas correntes ideológicas que basicamente até hoje revezam-se no poder, soube mantê-las vivas e equilibradas, não permitindo que o Estado resultasse tão fraco quanto desejavam os adeptos de Jefferson, nem tão poderoso quanto sonhavam os seguidores de Jackson. Para muitos tratava-se de optar entre a possibilidade do Estado tornar-se prepotente e a certeza da prepotência de estados estrangeiros. Em mais de duzentos anos de vida independente, a opinião pública americana tem oscilado sabiamente entre uma e outra tendência.

Resta apreciar, na Ásia, o fenômeno japonês. Este é um povo, sem dúvida, sui-generis. Saído da idade média há pouco mais de 100 anos, com espantosa rapidez, em menos da metade desse tempo já figurava entre as grandes potências imperialistas do início do presente século. O isolamento que se havia imposto durante centenas de anos, deu lugar a uma agressiva política expansionista, respaldada num alucinante desenvolvimento econômico. Rapidamente substituiu a estrutura agrária e artesanal pelos mais modernos e complexos métodos industriais, desenvolvendo sofisticada tecnologia, absorvida avidamente dos países mais adiantados da época. Como terá sido isso possível? Que superioridade possuem os japoneses em relação aos po-

vos subdesenvolvidos? Parece não haver outra resposta senão a educação. O regime medieval, em vigor durante tanto

tempo, incutiu profundamente na consciência do homem comum valores que, a par das inegáveis desvantagens inerentes a um sistema inflexível, duro e avesso à mobilidade social, continha, por outro lado, as irrefutáveis qualidades da disciplina, amor ao trabalho, respeito à lei e às autoridades. Ostentava sobretudo uma organização social já pronta, definida, onde cada um sabia ser exatamente aquilo que dele se esperava. Honra, desprendimento, orgulho nacional são apenas alguns aspectos importantes da educação nipônica.

Desta forma, tornou-se relativamente fácil incorporar os novos conceitos econômicos e, calcado na referida estrutura politicamente estável e socialmente confiável, partir para uma das mais excitantes aventuras do desenvolvimento registradas na história do homem. E embora o Império — sob o qual foi realizado tão significativo feito — não fosse, na verdade, um regime democrático e houvesse levado a nação ao desastre da 2ª Guerra Mundial, não é possível ignorar-se que, após aquele conflito, o Japão, mercê a educação de sua gente, vem praticando uma verdadeira democracia e superando largamente o próprio desempenho econômico anterior.

A INFLUÊNCIA DO SOCIALISMO

Com o século XIX fortaleceram-se as idéias que atribuíam ao Estado deveres no campo social. Passaria ele a controlar os abusos do capitalismo liberal, então em plena atividade, e a ser co-responsável pela sorte das classes mais carentes criando mecanismos legais capa-

zes de proporcionar-lhes as condições mínimas de uma vida mais digna. Ampliou-se, destarte, sua atuação, passando a agir também na economia, uma vez que assim poderiam ser gerados os recursos necessários a fazer frente aos novos encargos.

O socialismo, principalmente através de Karl Marx, uniu numa só ideologia todas as facetas do poder, atuando nos campos político, econômico e social. Descortinou, por conseguinte, novas perspectivas e obrigou os governos a empreenderem reajustamentos naqueles setores, de forma a anular as tendências revolucionárias decorrentes. Para os socialistas, ao povo já não bastava o reconhecimento de seus direitos políticos; era igualmente necessário promover a justiça social ou, pelo menos, abrandar os desníveis sócio-econômicos entre as diferentes classes.

Se é verdade que pelo menos parte das propostas socialistas encontram guarida no bom senso, no equilíbrio e na solidariedade que deve existir entre os homens, também é forçoso reconhecer que, à guisa de alcançar uma suposta justiça social aquele sistema veio distorcer profunda e deliberadamente fundamentais vigas da democracia liberal. Apropriando-se de alguns importantes preceitos relativos aos direitos naturais do homem — exatamente aquelas aspirações que a ninguém, nem mesmo ao Estado, era lícito impedir-lo de realizar — transformou-os em benefícios obrigatórios que ao indivíduo deveriam ser prestados pelo governo. Desvirtuou, desta maneira, o que os liberais do século XVII; visavam com a Declaração dos Direitos do Homem. Com efeito, esses liberais desejavam unicamente que o Estado e as classes dominantes não lhes impedissem de exercer o direito à propriedade, à

mobilidade social, etc. Não lhes ocorreu, certamente, atribuir ao Estado, através do governo, a obrigação de promover a realização desses sonhos.

Contudo, quando essas inovações foram introduzidas no campo, social, os povos europeus¹, com exceção do Russo, já estavam suficientemente amadurecidos e impregnados pelos conceitos do liberalismo político e em pouco tempo foram buscar, dentro da disciplina e do bom senso de governador e governantes, a solução equilibrada e conveniente, tanto aos interesses da nação quanto do indivíduo, rejeitando os extremismos surgidos nos primeiros momentos, que só poderiam a todos prejudicar.

Não se pode todavia dizer o mesmo com relação aos povos mais jovens e sem tradição cultural. A influência exercida pela pregação social-revolucionária tem sido simplesmente desastrosa. Na maioria desses países, os governos freqüentemente despreparados, oscilam desorientados entre o atendimento paternalista das necessidades sócio-econômicas e as tendências caudilhescas de perpetuação no poder. Em qualquer dos casos só obtêm insatisfação como resposta. No primeiro, porque os recursos obviamente serão sempre insuficientes; no segundo, porque os ideais democráticos, mesmo que distorcidos, já estão suficientemente divulgados para serem desprezados. Como pano de fundo, fomentando as queixas e as frustrações do povo iludido, não é difícil identificar a atuação dos agentes da subversão internacional, que usam a massa como instrumento valioso para a conquista de seus objetivos.

(1) Nos EUA estas inovações pouco se fizeram sentir, provavelmente porque o país oferecesse maiores oportunidades para todos e o homem americano fosse ainda mais liberal que o europeu.

CONCLUSÕES

É razoável admitir que as democracias hoje existentes só se tornaram realidade nos países cujos povos traziam uma tradicional bagagem no campo da educação; incorporada com o passar do tempo e valorizada pelo esforço próprio. Povos que vislumbraram com inegável objetividade o real significado não somente da instrução mas de todo um complexo educacional, capaz de moldar o homem às imposições da vida em sociedade, sem descaracterizá-lo naquilo que ele possui de criativo, dinâmico e independente. Tornando-o consciente de seu papel na complexidade da estrutura social, a educação — no seu amplo sentido — ensinou-lhe a lutar por seus legítimos direitos mas também a cumprir rigorosamente com seus deveres. Com a seriedade e o bom senso de considerar que o Estado não foi criado para solucionar problemas pessoais.

Alguns países ainda não desenvolvidos têm buscado acelerar e aprimorar a educação de seus povos com vistas a alcançar, o mais rápido possível, as condições necessárias ao advento de um pleno regime democrático e um satisfatório progresso econômico. Entretanto, a ação nefasta do marxismo — leninismo, a frustração das expectativas, trazidas pela insatisfação dos desejos artificialmente provocados e a espantosa penetração dos meios de comunicação — habilmente explorados tanto pelos agentes da subversão ideológica quanto pelos mentores do consumismo desenfreado, são alguns dos aspectos que têm dificultado sobremaneira o estabelecimento de uma política educacional eficaz. Acuados pela estridência das reivindicações sociais, os governos desses países quase sempre desanimam, assoberbados pelo

vulto das necessidades sempre crescentes.

Na verdade, o relaxamento dos costumes, o esvaziamento dos valores éticos, o enfraquecimento do papel da família, a amoralidade condescendente alinham-se no mesmo nível entre aqueles aspectos negativos. Convém refrisar contudo que não é apenas a subversão internacional que mina os esforços no sentido de estender a educação a todo o povo. Também o Capitalismo apátrida, interessado exclusivamente na obtenção de lucros, contribui de forma relevante para o enfraquecimento do tecido social. Suas arremetidas publicitárias apontam sistematicamente caminhos aparentemente mais fáceis e atraentes, procedimentos egoístas e amorais, aspirações fúteis e vazias. Sua mensagem nega, em tudo, os princípios basilares da educação correta. Incentiva o desregramento, aplaude o desperdício, ridiculariza a moderação. Isso é muito mais do que os inimigos da democracia poderiam aspirar. A subversão que já insufla as massas despreparadas às reivindicações sociais descabidas, visando ao esvaziamento dos governos, há de regozijar-se com tão significativa colaboração. O clima de anarquismo assim obtido beneficia tanto aos comunistas quanto aos capitalistas irresponsáveis. Aos primeiros criando o clima propício à derrubada dos governos, aos últimos permitindo sua livre atuação sem a vigilância do Estado.

Essa situação tem levado aqueles governos a debaterem-se, sem rumo, no sufocante dilema permanentemente proposto por ambos os pólos do poder mundial: direitos humanos e justiça social. Induzidos a exercerem direitos antes insuspeitados e que não trazem consigo os deveres correspondentes, os povos subdesenvolvidos são, na verdade, vítimas

da disputa alheia. Para uns, vistos meramente como mercados a serem explorados economicamente, para outros, simples instrumento a ser utilizado para a consecução de objetivos políticos e ideológicos. Bombardeados incessantemente pelos diferentes veículos de comunicação, recebem verdadeira lavagem cerebral que lhes impede a reflexão, o amadurecimento das idéias e levam inexoravelmente à destruição dos valores que a custo a educação procura inculcar em seu espírito. Mais felizes foram os povos que puderam amadurecer a própria educação sem a presença negativa e perturbadora destes agentes do mal, surgidos a partir

do século passado. Aos demais, só resta a alternativa de, a respeito deles, trabalhar incansavelmente no sentido de promover o desenvolvimento econômico e político e consolidar, simultaneamente, a educação. Tarefa reconhecidamente muito mais difícil do que a realizada pelos povos mais antigos e que constitui o grande desafio a ser vencido pelo homem do século XXI. Ou então iremos todos do mundo livre, subdesenvolvidos ou não, amargar a repressão do totalitarismo castrador e prepotente. A sociedade ocidental, já disseram, está enferma e o único remédio parece ser a educação, quase inexistente nos países mais jovens e já bastante corrompida nos demais.



O Major Inf QEMA Waldyr Carvalho de Castro é da Turma de Dezembro de 1961, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Tem a seu crédito os seguintes Cursos: Foto Informação da EsIE, Aperfeiçoamento de Oficiais da EsAO, Comando e Estado-Maior da ECEME, Estudos e Problemas Brasileiros da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Integrou o 19/REsl na República Dominicana em 1965/66. É atualmente Instrutor da EsAO, servindo na Seção de Coordenação e Doutrina.